

de *Peri Katarche*, século IV/V), onde se dá especial atenção às influências homéricas e aos neologismos, e onde se manifesta pouca incidência de termos médicos especializados. De notar que a Astrologia era considerada essencial para a boa prática da Medicina. Os mapas astrológicos eram consultados pelos médicos no contexto da astrologia Natal, para determinar o temperamento e a compleição do paciente (e, por consequência, a sua propensão natural para certas doenças, assim como os tratamentos mais adequados). Eram também consultados na perspectiva da Astrologia Horária, para obter respostas sobre a origem, gravidade e eventual erradicação de uma determinada doença, e ainda no caso específico das Decumbituras (mapas calculados para o momento em que a doença se manifestava pela primeira vez, com o objectivo de determinar a sua evolução, gravidade e duração).

A obra de Máximo volta a ser escrutinada, desta vez nas perspectivas da sua apropriação e re-escritura por autores posteriores, no estudo “Le *Katarchai* di Massimo, dall’officina dell’autore alle riscritture byzantine” (pp. 209-215), de Paola Radici Colace (Universidade de Messina). A autora investiga o tema sob três perspectivas: composição, transmissão-reutilização e a tradição manuscrita. Deste estudo ressalta o valor dos “*katarchai*” enquanto exemplos de “literatura de uso instrumental”, capazes de congregar e preservar saberes colectivos mais antigos, e de, ao mesmo tempo, veicular novas interpretações e novos conceitos.

O último artigo da colecção, “Spunti di un catalogo stellare in um poeta bizantino” (pp. 217-226), de Simonetta Feraboli (Universidade de Génova), vem confirmar esta tese e acrescentar-lhe novas perspectivas. A obra em estudo, um catálogo estelar do século XII da autoria de Giovanni Camatero intitulado *Introduzione all’astrologia*, é apresentada como exemplo do processo de criação destes compêndios. A autora escolhe o capítulo dedicado aos signos zodiacais para fazer uma comparação com outros autores – designadamente Rethorius, Eratóstenes e Heféstion – concluindo que a obra de Camatero é “construída” a partir da compilação e re-escrita de várias obras anteriores.

Do conjunto dos artigos ressalta a noção de que o propósito do livro – salientar o valor literário da poesia astrológica – continua actual, não obstante terem passado cinco anos sobre o colóquio que lhe deu origem. Esta área permanece ainda largamente inexplorada, sobretudo no que diz respeito à análise de conteúdos astrológicos. Estes últimos não têm sido estudados de forma autónoma, apesar de a maioria dos autores mostrar conhecimentos nesta área. Na maioria dos casos o seu estudo permanece subordinado às questões da autoria, adaptação poética e função didáctica dos textos. O próximo passo será, portanto, o estudo aprofundado dos conteúdos e da sua interacção com a forma linguística, para que possa emergir um melhor entendimento da poesia didáctica da Antiguidade e da Idade Média.

HELENA AVELAR DE CARVALHO

R. ALEXANDRE, C. GUÉRIN ET M. JACOTOT (eds.), *Rubor et Pudor. Vivre et Penser la Honte dans la Rome Ancienne*, Paris, Éditions Rue d’Ulm, 2012. 143 pp., ISBN 978-2-7288-0465-8 / ISSN 1294-9493

O volume reúne as contribuições de alguns especialistas que desenvolveram durante alguns anos um seminário sobre “pensamentos e formas de pensar em Roma”, com incidência sobre a ideia de “vergonha” na sociedade antiga romana, cuja ideologia valorizava o pudor como uma virtude ancestral. Fenómeno psicológico, social e cultural, esta *virtus* era alavanca de contenção social, preservando aquele que a sentia da *audacia*.

Habitualmente considerados sob os aspectos linguístico e literário, na poesia ou na comédia, os conceitos que incluímos na actual noção de “vergonha” são aqui objecto de uma abordagem interdisciplinar, que se quis inovadora no questionamento das fontes, de modo a contemplar igualmente os campos antropológico e filosófico.

Foi preocupação dos autores o estudo da evolução diacrónica analisando, além das ideias, o imaginário e as sensibilidades das épocas da romanidade, num espaço temporal que abarca cerca de sete séculos (desde o primeiro século A.E.C. a VI/VII E.C.). Partindo do

interior da cultura romana, tentaram demarcar-se das noções contemporâneas do lema, seguindo uma ordem cronológica crescente, quer na apresentação dos diferentes estudos, quer na economia das suas exposições.

J.-F. Thomas faz o estudo filológico dos diferentes vocábulos latinos que nos dão a ideia de “vergonha”, com destaque para três lemas: pudor como “sentimento de rectidão”. Com exemplos que recuam até Terêncio (*pudor* como “sentimento de rectidão”) e terminam com Tito Lívio e Tácito (*pudor* como “desonra”), passando por Cícero, estabelece *pudor* como o sentimento que leva o homem a tomar consciência das suas responsabilidades, reflexão que pode induzi-lo a modificar a sua conduta. *Rubor*, além do afluxo de sangue às faces que mostra a timidez ou recato do sujeito, ilustra o seu embaraço devido a algo que ofendeu os bons costumes. *Verecundia* exprime o sentimento penoso que leva o homem a medir a sua própria indignidade, pondo em causa a sua auto-estima e/ou a opinião do colectivo acerca da sua pessoa.

F. Dupont intelectualiza o conceito a partir do *De Oratore* de Cícero, para encomiar o *pudor* como uma das mais apreciadas qualidades da oratória. A contenção do bom orador, apanágio da *nobilitas* de então, honra-o, tal como a sua adequação ao *decus*. O *pudor* é então uma emoção ética, o sentido do conveniente, que confere prestígio e honra (*dignitas*).

S. Arnaud-Lesot traz-nos de volta ao pragmatismo do quotidiano, ao patentear os aspectos da “vergonha” no *De Medicina* de Celso. Queixava-se o médico da incapacidade da língua latina em reproduzir palavras que eram consideradas aceitáveis em grego para nomear as partes íntimas do corpo humano (*indecorum nomen*), dificuldade que era sentida quer pelo doente (ontem como ainda hoje), para elucidar o clínico sobre os seus males, quer por parte deste último, para efeitos prescritivos e terapêuticos. O *pudor* podia pois constituir um entrave ao exercício da medicina: o doente envergonhava-se, *decoris causa*, pela degradação do seu corpo, receando o escárnio e a repugnância do outro, numa sociedade em que a deformidade era grave inconveniência que ofendia as regras da estética, associadas à ideia de bem.

A. Ruelle detém-se sobre o sistema jurídico da antiga Roma, ilustrando o peso das manifestações colectivas de hostilidade (lícitas e ilícitas) para com um prevaricador, para expô-lo à indignação e chacota públicas. O sentimento de *pudor* emanado do corpo social era, através do clamor público, focalizado sobre o delinquente, que podia sofrer a pena de expulsão que faria dele um pária, sem nome nem direitos.

S. Benoist analisa o espelho dos príncipes a partir das biografias de Suetónio, da *História Augusta* e da *praetexta Octavia* para enquadrar o *pudor* no bom exercício do poder. Estudando a interacção entre espaços públicos e privados, as cerimónias políticas e sociais e o uso da propaganda imperial, apresenta-o como o atributo que protege o *princeps* da desmesura que um poder sem peias lhe ofereceria, transformando-o num monstro tirânico. Realça-se o *pudor* de Octávia que, contudo, não chegou para salvá-la de um destino funesto devido à perversidade de um tirano desprovido daquela virtude.

L. Ciccolini baseia-se em Tertuliano e Cipriano de Cartago, ambos com educação clássica, antes da sua conversão ao cristianismo, para avaliar a evolução das representações e a forma como a ideia foi modificada e enriquecida pela utilização cristã. Através dos três vocábulos *pudor*, *rubor* e *uerecundia*, o conceito tanto é valorizado como expressão do sentimento de contrição, como é paradoxalmente apresentado, em textos apologéticos e disciplinares, como um obstáculo à conversão, o sentimento de indignidade resultante da prática da humildade preconizada pela doutrina cristã, que o crente tinha que franquear no seu processo para a santificação. A noção de vergonha passa a ser vista como efeito directo do pecado original, ligada, pois, ao conhecimento do bem e do mal. Por outro lado, é utilizada como um instrumento parenético, não só para estigmatizar os comportamentos escandalosos dos “pagãos”, realçando a superioridade moral do cristianismo, como também para apontar aos cristãos as suas fraquezas, comparando-as com as práticas de “pagãos” virtuosos.

J. Elfassi termina este périplo ao reflectir sobre o emprego da noção de “vergonha” por Isidoro de Sevilha, procurando distinguir as concepções que permaneceram próximas do valor do conceito no mundo romano pré-cristão. A moral social está muito presente em Isidoro, que entende que a vergonha é algo que deve “trazer-se sobre o rosto”, opondo-se à impudicícia descarada. Os valores cristãos exaltam-na como um sentimento positivo,

prova de humildade e etapa do arrependimento, que conduz à conversão pessoal, promovendo o progresso moral.

Por toda a obra perpassa a problemática da essência da “vergonha”: fenómeno social exterior ou fenómeno ético interior? Verifica-se certa falta de consenso entre os autores. Enquanto Dupont entende que “Roma ignora a interioridade e o exame de consciência”, Thomas cita-nos um passo de César, *ex domestico indicio atque animi conscientia* (“o seu juízo íntimo e a sua própria consciência”), que aponta já para uma certa forma de interiorização, em época tão remota como o primeiro século antes da nossa era, entendimento que Elfassi favorece. Parece-nos, contudo, ter-se conseguido uma apreciação holística dos sentimentos que estão na base das concepções de “vergonha” herdadas pela cultura ocidental. Um estudo que, parecendo anacrónico, constitui um excelente instrumento de reflexão para as sociedades hodiernas, em que o sensacional e a imagem têm vindo a adquirir um peso cada vez mais relevante, em detrimento de um judicioso recato.

A obra termina com uma bibliografia, repartida por fontes primárias, bibliografia geral e estudos críticos, sendo curioso observar que praticamente todas as fontes assinaladas são traduções e, em alguns casos, edições bilingues. Contém ainda um índice das obras e respectivos passos citados (por ordem de autor).

MARIA FERNANDES

*Otras épocas, otros mundos, un continuum. Tradición clásica y humanística (ss. XVI-XVII)*, coords. M.<sup>a</sup> Isabel Viforcós Marinas, M.<sup>a</sup> Dolores Campos Sanchez-Bordonna, Madrid, Editorial Technos, 2010 (Humanismo y tradición clásica). 520 pp. ISBN 978-84-309-5113-0

Como se pode ler na “Presentación”, este volume deriva de uma homenagem ao Professor Gaspar Morocho Gayo, falecido em 2002 e que, há cerca de vinte anos, congregara em torno de si um vasto conjunto de investigadores de diversas universidades de Espanha e da América, cujos trabalhos acabariam por frutificar em duas colecções de inegável prestígio: *Humanistas Españoles. Estudios y Ediciones Críticas* e *Tradición Clásica y Humanística en España e Hispanoamérica*. A primeira, já com 35 volumes publicados, privilegia as figuras cimeiras do humanismo espanhol, como Cipriano de la Huerga, Benito Arias Montano, Pedro de Valencia, e outros, enquanto a segunda, que conta com nove volumes, contempla essencialmente autores e obras posteriores ao século XVI, fora já da esfera do humanismo, mas dentro da corrente da tradição clássica.

São vinte e cinco os estudos aqui reunidos, assinados, na sua quase totalidade, por especialistas de várias universidades de Espanha (León, Valladolid, Oviedo, Las Palmas de Gran Canaria, Huelva e Salamanca), estudos que não derivam, originariamente, de um plano geral, mas se oferecem simplesmente como contributos que ajudarão a completar o mosaico de interpretações e perspectivas em torno do fenómeno humanista e da recriação, recuperação e transmissão do legado clássico. Nota-se que houve especial cuidado, por parte das coordenadoras deste volume, em apresentá-los segundo uma *dispositio* cujo sentido se pode considerar espelhado num título onde, a itálico, sobressai o termo *continuum*, surgindo-nos eles repartidos em duas secções: uma “Primera parte”, consagrada ao humanismo propriamente dito (“En torno al humanismo y los humanistas”) e uma “Segunda parte” à tradição clássica (“Tradición clásica y humanística”).

A primeira parte compõe-se de três capítulos, cada um deles agrupando vários estudos, numa sequência que pode ver-se como representando uma transição do geral para o particular. Assim, o primeiro (“El humanismo: reflexiones conceptuales e implicaciones políticas”) oferece-nos reflexões genéricas, como claramente o sugerem os títulos “El humanismo, pervivencia y cambio”, “Republicanismo y humanismo cívico en el pensamiento político español del siglo XVI” e “La imagen corporal como reflejo de virtud del Rey y de la nobleza en el humanismo renascentista”. O capítulo II (“Humanismo español y ámbito europeo”) baixa o grau de generalidade das questões abordadas no capítulo anterior, acentuando a preocupação de tornar mais visível a especificidade do humanismo espanhol. Os três estudos aqui incluídos ilustram essa especificidade em aspectos que têm